

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Hesly Silva dos Santos Augusto¹
Pâmela Camila de Souza Reis²
Bárbara Rosa Foizer Ribeiro³
Janete Hernandes Capel⁴
Rogério Lourenço de Moraes⁵

RESUMO

Abuso sexual infantil é considerado um dos tipos de violência grave, em que, atualmente, o número de ocorrências registradas vem aumentando consideravelmente, sem contar os casos não revelados. O presente artigo tem a finalidade de apresentar a atuação do psicólogo diante das vítimas de abuso, bem como de verificar a sua atuação em casos envolvendo crianças. A pesquisa foi dividida em dois momentos; Primeiro a metodologia foi de caráter bibliográfico com objetivo de procurar artigos publicados com esse tema, sobre quais os danos traumáticos para a criança e os obstáculos que são enfrentados pelo psicólogo ao tentar assegurar os direitos da criança e do adolescente, baseando-se na seguinte pergunta; como é a vivência do psicólogo diante dos casos de abuso sexual infantil? Considerando as bases de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, Artigos, Teses entre outros, foram selecionados 14 artigos que atenderam aos critérios referentes ao objetivo. Em segundo momento, foram realizadas entrevistas com profissionais de psicologia que atuam com as vítimas no intuito de captar a dinâmica nesse atendimento. Os resultados da pesquisa indicam a falta de preparo das redes de proteção, além disso, mostram as dificuldades que o profissional encontra para ter um esclarecimento melhor do caso. Percebe-se um vácuo importante entre a construção de um trabalho adequado com crianças vítimas de abuso sexual e com aquilo que é a realidade na prática dos profissionais, reconhecendo as limitações no atendimento dessa demanda específica.

Palavras-chave: Abuso sexual Infantil. Rede de proteção. Atuação do Psicólogo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar como é a atuação do profissional de psicologia com crianças que sofreram abuso sexual,

¹ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira, campus Goiânia.

² Discente do Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira, campus Goiânia.

³ Docente do Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira, campus Goiânia.

⁴ Docente do Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira, campus Goiânia.

⁵ Docente do Curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira, campus Goiânia.

descrevendo os objetivos específicos das dificuldades que o psicólogo encontra ao atender esse público, analisar quais os obstáculos são enfrentados pelo psicólogo, descrever o perfil desse profissional, identificar como o profissional se sente ao ter contato com esse tipo de cliente e refletir sobre quais questionamentos fazer para se obter uma melhor interpretação dos casos. Logo, para que isso seja alcançado, é necessário fazer uma revisão bibliográfica, buscando históricos e conceitos pertinentes ao tema.

Posteriormente, com objetivo de compreender a vivência do psicólogo diante dos casos de abuso, realizaram-se entrevistas com duas psicólogas da cidade de Goiânia, em que o primeiro contato foi feito por telefone, para saber qual a disponibilidade dessas profissionais, e o segundo contato foi realizado no ambiente de trabalho de ambas entrevistadas, no qual foi aplicada e gravada a entrevista semiestruturada. Logo após, a entrevista foi transcrita para ser feita a análise do conteúdo.

Esta pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2015 a setembro de 2016. A pesquisa está dividida em: Introdução; Revisão de Literatura; Metodologia; Resultados e Discussão; Conclusão e Referências Bibliográficas.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Abuso sexual é um problema relacionado à saúde pública, e pode se manifestar de duas maneiras: abuso intrafamiliar e extrafamiliar. O tempo de duração de cada um dependerá da forma, ou seja, o abuso intrafamiliar, que é praticado por um familiar ou alguém próximo, tende a ter uma maior durabilidade, devido à criança se sentir intimidada e por medo das ameaças feitas pelo abusador, e em alguns casos por medo de ser considerada culpada pelo ato.

Já o extrafamiliar é caso em que o abusador é alguém de fora do contexto familiar ou escolar, como vizinho ou pessoa estranha ao dia a dia da criança. Esse tipo de abuso tende a ter um tempo de duração menor referente ao tempo dos casos de abuso intrafamiliar (HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011).

O abuso sexual infantil é um tema bastante amplo e deve ser discutido com a sociedade, porém a triste realidade é que esse é um tema velado, ignorado pelas pessoas, por ser algo repudiado, principalmente quando é desencadeado pelos próprios cuidadores.

Nesses casos, a atuação do profissional de psicologia depende de sua abordagem e da sua área de atuação, porém pode se ter uma ideia que eles devem iniciar a sua atuação a partir do momento que se estabelece uma relação com a criança, que se faz um levantamento de dados e, dependendo da sua abordagem, ao utilizar o discurso, o lúdico ou aplicação de testes. Assim, Chagnon (2010 apud GAVA, PELISOLI, DELL'AGLIO, 2013, p.138) explica os objetivos do trabalho do psicólogo:

O primeiro [...] consiste em avaliar se o sujeito que se diz vítima apresenta transtornos ou deficiências que poderiam influenciar o seu comportamento, verificando também se apresenta tendências mitomaníacas, perversas ou de fabulação. O segundo objetivo consiste em apresentar uma avaliação global do periciado, determinando seu grau de inteligência, de atenção, de memória e de representação do real. Como terceiro objetivo a ser atingido, o perito deve avaliar a repercussão dos fatos no psiquismo da vítima, em relação à etapa desenvolvimental em que esta se encontra.

Esse profissional enfrenta algumas dificuldades ao atender essas crianças, as quais podem estar relacionadas à falta de estabelecimento de empatia com a criança, em caso de atendimento na rede pública de saúde, à falta de material e condições adequadas. Além disso, existe a dificuldade de encontrar indícios de que essa criança realmente foi abusada, devido aos sintomas não serem iguais, pois não tem no Cid- 10 ou no DSM especificado quais sintomas uma criança demonstrará caso seja abusada sexualmente. Desse modo, com relação à disponibilidade reduzida de evidências de que, de fato, o crime de abuso realmente ocorreu, nota-se que:

Há ainda outros elementos que são próprios à dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil e que também dificultam a produção da prova pericial, a saber: vítima e perpetrador, em geral, são as únicas testemunhas do crime (BUCK e COLS; JAVIERA RIVERA e OLEA; ROVINSKI apud GAVA, PELISOLI, DELL'AGLIO, 2013, p.145).

Situação complicada é falar sobre os sentimentos de uma criança nesta situação, pois só quem vivenciou para falar realmente o embaralho de sentimentos vividos antes, durante e após um abuso. Entretanto, pode-se imaginar que essa criança fique bastante confusa quanto ao real papel do pai (nos casos de abuso praticado por este), que é visto, em um momento, como pai e, em outro, como homem que a acaricia e sente desejo pelo seu corpo.

De acordo com Begalli (2014), dois casos que chamam muita atenção ao se falar de abuso sexual infantil é o da menina Araceli, ocorrido em Vitória/ES no dia 18 de maio de 1973, e o da Ana Lídia, que ocorreu em Brasília/DF no dia 11 de setembro de 1973. Nesses dois casos existe uma grande semelhança. Ambas foram sequestradas, dopadas, abusadas, violentadas sexualmente e logo assassinadas, e uma delas sofreu asfixia. Esses dois casos foram o marco para criar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/1990 com alterações da Lei 11.829/2008. Desta maneira, no que diz respeito à importância singular deste Estatuto, postula-se que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (OLIVEIRA *apud* MELLO, 1999, p. 1).

Isso posto, ao retomar sobre as investigações do caso da menina Ana Lídia, escreveu a Revista Veja (*apud* BEGALLI, 2014, p.1010):

Marcados por uma série de imprecisões desse gênero, os autos levantam mais dúvida que certezas. É quase impossível, portanto, que não conduzam como a da semana passada que encerrou mais um episódio decisivo na história ainda incompleta da morte de Ana Lídia. Falta saber quem são os culpados – e todas as tentativas nesse sentido fracassaram.

Diante de tanta violência de abuso sexual, o governo brasileiro teve que desenvolver planos de ação e estratégias indiretas para a comunidade com objetivo de denunciar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Assim, uma das atitudes que permanece até hoje é o Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de menores (Disque 100).

Nesse âmbito, o órgão de proteção a essa criança e adolescente é o Conselho Tutelar e Delegacias de proteção a estes. Essas unidades foram construídas para dar suporte às crianças agredidas e ameaçadas, como forma de ajudá-las a superar e vencer cada dificuldade, obstáculo e desafio. Em termos de afeto, essas unidades passaram a valorizar, dar atenção prioritária, cuidados necessários, educação, esporte, cultura, trabalho, e levar a essência da vida novamente.

Em 2001, foi ampliado o Programa Sentinela como um programa de políticas públicas no enfrentamento do abuso e exploração sexual contra criança e adolescente. Esse programa foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e é destinado ao atendimento social qualificado de

crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Sobre a implantação e os objetivos do Projeto Sentinela, Baptista *et al.* (2008, p. 604) apresenta:

O Projeto Sentinela foi instituído pelo Governo brasileiro em 2001, visando cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento de Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e as deliberações da Política da Assistência Social, na sua linha de atendimento, segundo o Art.86, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nos Centros de Referência do Programa, desenvolvem-se anéis de atendimento integral, especializado e multiprofissional as crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência e abuso sexual. O Programa busca assegurar o acesso aos serviços públicos municipais de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer. E garantir direitos fundamentais, fortalecimento da autoestima e o restabelecimento da convivência familiar e comunitária. Este Programa foi implantado em Campina Grande, como Centro de Referência, no mês de junho de 2001.

Hoje em dia esse Programa faz parte do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). A equipe do Programa Sentinela é composta por assistente social, psicólogo, advogado e educador social sendo que a liderança deve ser assumida por um dos profissionais de qualquer uma dessas áreas. Desse modo, cada um tem a sua atuação definida, porém sempre integrada uma à outra para que o atendimento seja eficaz e para que não haja distorção no amparo do abuso ou exploração sexual.

Em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um Grupo de trabalho (Working Group on the Question of a Convention on the Rights of the Child) para elaborar um pré-texto da Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse texto foi debatido por 10 anos e adotado por unanimidade pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1989. Assim, com referência à legitimação dessa Convenção e os princípios éticos filosóficos e jurídicos estabelecidos, Arantes (2012, p. 46) descreve que:

O Brasil ratificou a CDC (Convenção sobre os Direitos da Criança) em 20 de setembro de 1990. Contendo um preâmbulo e uma parte substantiva, onde são apresentados os direitos da criança, e duas outras partes, dedicadas ao seu cumprimento e monitoramento. A Convenção é considerada um dos documentos mais importantes de Direitos Humanos aprovado pela comunidade internacional, afirmando quatro grandes princípios ético filosóficos e jurídicos em relação aos quais deve-se ler toda a Convenção. São eles: 1) não discriminação; 2) melhor interesse da criança; 3) direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e 4) respeito à opinião da criança.

Buckingham, (2000/2007) afirma que essa discussão é feita por importantes autores nacionais e internacionais, na qual estes postulam que, por

um lado, as crianças têm seus direitos garantidos e, por outro lado, são vistas em situações de risco, relacionadas à criminalidade no futuro.

Consoante a isso, a lista de órgãos que garante os direitos da criança e do adolescente é vasta: o Conselho Nacional do Direito da Criança e ao adolescente (CONANDA), o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), o Conselho da comunidade Solidária e os Conselhos Tutelares. Além desses, existem outros que também visam garantir o bem-estar físico e psicológico da criança e do adolescente, assegurando-lhes todos os direitos.

Um tema bastante discutido é a escuta judicial dessas crianças vítimas de abuso sexual. No ano de 2003 foi implantado, no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, o projeto de lei "depoimento sem dano". Este tem por objetivo a escuta judicial dessas crianças e adolescentes em um ambiente mais receptivo, acolhedor e que seja feito por técnicos capacitados para realizar as perguntas sobre abuso sexual, de uma forma mais clara e especializada. Nesse caso, a criança é chamada ao processo por um psicólogo ou assistente social (MACHADO, ARPINI, 2013).

Uma das ferramentas utilizadas nesse processo é a gravação do depoimento, o qual pode ser anexado ao processo e impedir a necessidade de repetição do inquérito. Isso minimiza a exposição da criança ou adolescente, caso seja requisitada a repetição do depoimento para melhor análise dos dados. Logo, com todos esses aspectos citados, percebe-se a validade desse novo método de depoimento, que proporciona maior segurança para a criança, sentindo-se acolhida e compreendida pelo profissional de psicologia, que deve conduzir o depoimento.

Além disso, outra técnica abordada para facilitar a investigação do abuso sexual é a utilização do Teste Rorschach, que, nessas circunstâncias:

[...] parece indispensável na medida em que pode dar início à elaboração simbólica por meio de formas de expressão indiretas, as quais a criança tem liberdade de eleger. Ao compor imagens ou construir formas a partir de estímulos pouco estruturados, a criança se depara com as vivências inscritas a partir de sua experiência, o que permite compreender tanto a sua dinâmica afetiva como as suas possibilidades cognitivas (GUNTERT apud SCORTEGAGNA, AMARAL, 2012, p. 273).

O Rorschach ajuda a assimilar o estado emocional da vítima, a qual pode apresentar sinais de depressão, ansiedade, defesas dissociativas entre

outros, dependendo da forma que a criança lida com o ocorrido. Esses sentimentos são compreensíveis, pois a criança ainda não possui uma estrutura psíquica para compreender tamanha crueldade, sendo o impacto emocional e psíquico bem maior quando o abusador é o pai, a mãe, um tio, ou seja, pessoas do convívio da criança. Logo, esta pode não saber diferenciar qual o verdadeiro papel dessas pessoas em sua vida, e técnicas como essas permitem mensurar o sofrimento dessas crianças vítimas de abusos sexuais.

A vítima pode ter uma vida marcada por privações, desenvolvendo sequelas emocionais e dificuldades para investir em si própria, de se relacionar com outros e, de uma forma peculiar, se tornar portadora de sintomas dificultadores em adaptações tanto social, cultural, escolar quanto institucional. Sendo assim, torna-se essencial que o psicólogo ajude essa vítima a elaborar o trauma, para que esta possa salvaguardar o seu desenvolvimento e atualizar o seu potencial. Portanto, o psicólogo deve resgatar essa vítima para o futuro, e esse é o grande desafio desse profissional colocado por Gaulejac (2006 apud COSTA et al.,2007, p.251), em que o autor

Aponta a vergonha como um sentimento profundamente humano, quando se vive circunstâncias que são degradantes e contêm injustiças gritantes e de maus-tratos. Por se estar nesta situação de impossibilidade de reação, embora com clareza da indignidade presente e da condição inumana da experiência humana, é que se sente vergonha. A humilhação não leva obrigatoriamente ao silêncio.

Percebe-se o despreparo dos profissionais de psicologia em relação ao abuso sexual infantil, em que, muitas das vezes, ocorre devido à falta de procura por especializações, supervisão entre outros. Logo, as dificuldades frequentemente identificadas são: a incapacidade desses profissionais de distinguir sintomas em crianças e adolescentes que apontem suspeitas da ocorrência de violência sexual, a inabilidade técnica; e as dificuldades em realizar notificações, em razão das implicações legais e éticas (SAYWITZ et al. apud FREITAS, HABIGZANG, 2013, p. 217).

Os profissionais de psicologia se deparam com a falta de habilidades técnicas para lidar com esse tipo de situação, dificultando, assim, a busca por indícios do abuso e, conseqüentemente, até atrapalhando no desenrolar da terapia. Habigzang (2005) refere-se também a um desconhecimento sobre a dinâmica da violência sexual, assim como dificuldades em reconhecer os fatores de risco e de proteção presentes no ambiente em que a vítima está

inserida (HABIGZANG et. al. apud, FREITAS, HABIGZANG, 2013, p. 217). Um terço dos profissionais de psicologia que atuam na área de violência sexual sente-se despreparado para intervir nessas situações devido a deficiências em sua formação acadêmica e profissional (FREITAS; HABIGZANG, 2013).

Assim sendo, esse despreparo não abrange apenas os profissionais de psicologia, mas também toda a rede de apoio que está envolvida no atendimento às crianças vítimas de abuso sexual. Segundo Amazarray e Koller (apud HABIGZANG, AZEVEDO, RAMOS, 2011, p. 468):

[...] o despreparo da rede é ainda constatado, envolvendo desde os profissionais da área de saúde, educadores, assistentes sociais, juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos. O trabalho nesse campo é fragmentado e desorganizado.

Outro assunto bastante relevante para a conclusão do tema abordado é análise do conteúdo que surgiu nos Estados Unidos no século XX, e que, atualmente, é muito utilizado em projetos de pesquisas, artigos científicos, elaboração de trabalho em pesquisas qualitativa e quantitativa. Dessa forma, a crescente utilização da análise do conteúdo e a análise do discurso no curso de Psicologia têm sido grande.

A análise de conteúdo consta em quantitativo muitos trabalhos publicados, além de que na metodologia é feita a análise do conteúdo/ análise do discurso para se obter resultados satisfatórios nas pesquisas. Logo, formado por síncrono de práticas das comunicações, conforme Caregnato e Mutti (2006, p. 683), visa alcançar, “[...] por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/percepção [...] destas [...]].

Dessarte, o método de análise de conteúdo é constituído de várias técnicas utilizadas em análise de dados qualitativos. A análise do discurso exige documentação, legislação, pronunciamentos em jornais, livros e outros, trazendo a essência de um arquivo. Existem etapas a serem feitas na análise do conteúdo que incluem a pré-análise, que é uma organização do tema, como objetivo, hipóteses e outros. O segundo é a exploração do material em que podem ser feitas alterações sobre a pré-análise. Já na terceira etapa que são as interpretações e o momento em que se faz a categorização das respostas

obtidas a partir daquelas entrevistas e, logo em seguida, o agrupamento das respostas, ou seja, a semelhança de respostas.

Portanto, há toda uma teoria, pesquisa e órgãos preparados para oferecer o suporte necessário com intuito de acolher e cuidar da criança em situação de abuso sexual. Logo, isso faz com que o ECA seja colocada em prática, garantindo o direito da criança e do adolescente. Entretanto, há muito ainda o que se estudar e pesquisar sobre esse assunto tão amplo e polêmico na sociedade atual.

2 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi fundamentada em um levantamento de pesquisa exploratória e bibliográfica de artigos científicos para verificar a forma de atuação do profissional de psicologia com vítimas de abuso sexual infantil. A base de dados para a pesquisa foi: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS), Artigos, Teses entre outros. Considerando essas bases, foram selecionados 14 artigos que atenderam aos critérios de inclusão que predomina nesta pesquisa referindo aos psicólogos formados que atuam na área, e que fazem atendimento com crianças abusadas sexualmente, podendo ser de diferentes abordagens. O critério de Exclusão são psicólogos que já atuaram, mas que, no momento, não atuam mais em casos de abuso sexual infantil. O tipo desta pesquisa é Qualitativa para se referir ao levantamento de dados obtidos na entrevista semiestruturada. A amostra da análise envolveu dois psicólogos que atuam nessa área clínica.

Esta pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2015 a setembro de 2016 e foram utilizados dois campos para a realização da coleta de dados. O primeiro foi uma unidade pública e estatal que oferta serviços especializados e continuado a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos. Já o outro foi um sistema jurídico brasileiro que promove avaliações psicológicas/periciais com a finalidade de encontrar indícios de abuso sexual infantil.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, sobre questões que envolvem as dificuldades que o psicólogo encontra ao atender crianças que sofrem abuso sexual. Outrossim, foram enumerados os obstáculos enfrentados pelo psicólogo, além de descrito o perfil desse profissional e identificado o modo como ele reage ao ter contato com esse tipo de cliente.

Na Análise dos dados, utilizou-se o discurso das entrevistadas o qual foi interpretado conforme os conteúdos pesquisados. A análise de conteúdo, utilizou-se as pesquisas de artigos científicos para obter resultados satisfatórios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a coleta dos dados, foi utilizado o roteiro de entrevista individual semiestruturada. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho de cada profissional entrevistado, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas, sob autorização. Cada entrevista foi baseada em questões norteadoras que buscaram identificar as concepções da atuação do profissional para a interpretação do ocorrido.

O roteiro de pergunta foi avaliado e aprovado pela coordenadora do curso da Universidade a qual se vinculam as pesquisadoras. Os participantes foram informados sobre o estudo e seus procedimentos e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para iniciar a entrevista, foi indagado se o lado materno interfere no atendimento de crianças abusadas sexualmente: ambas respondem que não, que elas sabem separar uma coisa da outra, e se sensibilizam com a situação, mas que não podem deixar isso interferir no atendimento.

Quando são questionadas sobre quais os obstáculos encontrados no atendimento de crianças abusadas sexualmente, uma das profissionais relata que é encontrar indícios de que realmente houve o abuso, pois o que se encontra são indícios de depressão, baixa autoestima, isolamento social. Assim, por meio destes, ela precisa investigar a origem e se esses sintomas são provenientes de algum trauma causado por separação, bullying ou se

realmente é de abuso. Já a outra participante revela que os maiores obstáculos estão nas instituições públicas e que estão relacionados à carência de recursos, material, incentivo e qualificação profissional.

Ao serem interrogados sobre como estabelecer a empatia com essas crianças, uma das entrevistadas expõe que, ao recepcionar a criança, não a aborda com o assunto do abuso, e sim conversa sobre várias coisas como escola, o que a criança gosta de fazer, se gosta de sair etc. A entrevistada relata que não faz perguntas que julgam a criança, tais como: “Por que você não contou pra ninguém? Por que você não gritou?”. Pois perguntas como essas impedem o estabelecimento da empatia, além de não ser dever desse profissional julgar a criança.

A outra entrevistada relata que, no primeiro contato com a criança, deve-se explicar, de uma forma clara e em uma linguagem infantil, qual a sua função e por que a criança está lá, deixando-a à vontade para brincar com os brinquedos disponíveis. Além disso, de forma alguma se deve fazer perguntas invasivas.

No momento em que são questionadas sobre quais órgãos são necessários para garantir a proteção dessas crianças, uma das entrevistadas descreve que o principal órgão é o Conselho Tutelar. Além desse, existem sim outros órgãos, tais como a Delegacia de Proteção a Criança e o Adolescente (DPCA), o Juizado da Infância e do Adolescente e os órgãos de atendimentos como o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPSI). A outra entrevistada também concorda, e informa ainda que o Juizado protege a criança a partir do momento em que ele condena o abusador, mas que essa proteção não depende só do Conselho Tutelar ou do Juizado, pois essa é também uma obrigação da família.

Em seguida, inquiridos sobre quais os maiores obstáculos encontrados no tratamento dessas crianças, uma das entrevistadas continua com a mesma resposta dada aos obstáculos do atendimento, que é a dificuldade em encontrar indícios de que realmente houve abuso. Já a outra relata que é a vitimização (pois a partir do momento que a criança tem que relatar o abuso ele revive todo o processo que houve durante o abuso) e isso é feito tanto pela instituição como pela família, toda vez que eles pedem detalhes do abuso.

Em outro momento, quando sondados se é uma dificuldade buscar apoio

e proteção a essas crianças, uma das entrevistadas declara que a maior dificuldade é a falta de apoio dos órgãos públicos. Uma das entrevistadas relata que eles contam com o apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e por isso conseguem garantir apoio a essas crianças.

Ao serem solicitadas que relatassem qual o pior momento da sessão, uma das entrevistadas cita que é ter que informar para as famílias dessas crianças sobre o abuso. A outra entrevistada que trabalha com a esfera jurídica alega que, quando a criança chega até ela, todos já sabem do ocorrido, pois já houve uma denúncia. Com relação a qual abordagem utilizam, ambas respondem que é a psicanálise, mas uma delas utiliza a psicanálise Lacaniana.

A pergunta que refere sobre o que mais chama atenção nessa profissão, a entrevistada da esfera jurídica enumera que é o trabalho de investigação, de avaliação psicológica, e o fato de ser um trabalho investigativo e não terapêutico, não para curar. A outra entrevistada da esfera social relata que é o fato de poder trabalhar com temáticas tão difíceis, que necessitam de técnicas, metodologia, base teórica e ética bem fundamentada, trazendo assim bastantes resultados.

Quando solicitadas a fazer um apelo referente ao abuso à sociedade, uma das entrevistadas expõe que o abuso sexual infantil é bem mais frequente do que as pessoas imaginam, e que tem relação com questões culturais. Ambas entrevistadas relatam que se devem observar mais as avaliações psíquicas, as alterações de comportamentos desenvolvidos por uma criança, porque isso leva a indícios de que a criança não está bem, então o apelo que elas fazem é de observar e conversar mais com essa criança.

Em outra ocasião, ao serem solicitadas que façam uma reflexão sobre o abuso sexual infantil, uma das entrevistadas retoma a resposta anterior e narra que ele é bem mais comum do que se imagina e que tem a ver com uma questão cultural. Portanto, deve-se falar mais sobre esse assunto para conscientizar as pessoas sobre a gravidade do problema. Já a outra entrevistada relata que o abuso sexual infantil tem uma vertente cultural/histórica muito difundida e aceita pela sociedade atual, pois é comum aceitar um homem de 30 anos namorar uma menina de 11 ou 13 alegando que é o desejo dela. Com isso, gerações e gerações de mulheres vêm sendo

vítimas de abuso sexual por seus pais, tios, irmãos, em um consentimento tratado como segredo familiar e que não deve ser revelado.

Em seguida, ao ser interrogada sobre quais questões a fazer para si mesma ao atender essa criança, uma das entrevistas informou que existe Planejamento Individual e em Grupo Planejamento (PIA). Estes montam um “estudo de caso” e fazem questionamentos relacionados à família da criança, levantamentos sobre quem é essa criança, quais as suas demandas, como iniciar as intervenções. A entrevistada da área jurídica revela que, antes mesmo de iniciar o atendimento, faz uma leitura do processo inteiro, no qual consta o depoimento, as provas colhidas despertando a curiosidade de saber quem é essa criança que passou por tal violência.

No que diz respeito a se colocar no lugar da criança no momento desse sofrimento, e indicar quais reações tiveram, as entrevistadas informaram que ter a capacidade de estabelecer uma empatia é fundamental, tentar imaginar o quanto é dolorido para essa criança, e não apenas olhar para ela e imaginar “coitada”.

Em outro momento, quando questionadas sobre os seus sentimentos ao pensar em abuso sexual infantil, uma das entrevistas denotou que tem uma atitude respeitosa diante do sofrimento alheio, e complementa que o profissional precisa ter uma neutralidade. A outra entrevistada reflete sobre sua indignação a respeito da imagem masculina, em que o homem, ao abusar de uma criança, é considerado imaturo e sem limites, principalmente quando é o pai, que deveria cuidar e não aproveitar da situação. Assim, a entrevistada descreve o seu sentimento pessoal como uma forma de indignação.

Logo após, quando solicitadas a falarem sobre a reação nos seus primeiros atendimentos em casos de abusos, ambas entrevistadas relatam que não se lembram, devido ao longo espaço de tempo.

Ao serem questionadas de que modo percebem os resultados obtidos pelo tratamento oferecido, uma das entrevistadas cita o estudo de caso com a equipe para analisar se a criança está conseguindo ressignificar essa violência. A entrevistada jurídica informou que, por não ser um tratamento e sim uma investigação, não há como saber se existe melhora, já que o seu trabalho é mais investigativo.

Subsequentemente, quando questionadas sobre suas emoções em relação a algum caso que atenderam e como foi, ambas informam que já ocorreu de se emocionarem, mas apenas uma entrevistada concordou em falar do assunto. Esta citou um caso de maus tratos em que ela se sentia impotente, então sua reação foi buscar sua equipe e iniciar um estudo de caso.

Posteriori, quando solicitadas a relatarem sobre o fechamento de uma sessão, uma das profissionais informou que isso vai depender muito da dinâmica do profissional. Logo, outra entrevistada descreve que, na primeira sessão, já é explicado à criança tudo que vai acontecer e, quando chega na última sessão, apenas faz recomendações à criança no sentido de reforçar com sua mãe a importância de ir a uma terapia.

Logo após, para se referir ao trabalho do psicólogo, foi questionado qual o primeiro passo realizado quando se descobrem indícios de que uma criança está sendo ou já foi abusada. Assim, ambas expõem que, se já houve denúncia, a primeira atitude é tentar garantir o direito da criança e sua proteção, para depois verificar o que aconteceu, pois pode ser uma falsa denúncia ou alienação parental.

Quando questionadas sobre qual pergunta a se fazer nas interpretações de desenhos e/ou imagens feitos pela criança, as duas entrevistadas informaram que não utilizam teste psicológico, pois o que é mais utilizado é associação livre, técnicas lúdicas, desenhos feitos pela criança. Entretanto, existe um cuidado grande para fazer a interpretação desses desenhos, porque pode ocorrer de se colocar conteúdos pessoais do profissional, como encaixa uma teoria naquele desenho que pode não ter relação com que a criança levou ao atendimento.

Em seguida, quando foram interrogadas sobre como explicar a sexualidade para essas crianças que foram abusadas sexualmente, as duas deixam claro que só explicam isso quando questionadas sobre o assunto. Logo em seguida, complementam: “Porque não queremos revitimizar essa criança, se ela traz esses elementos, a gente vai trabalhar isso com ela, se ela não traz, a gente vai trabalhar o que ela trouxe então a gente não trabalha a sexualidade infantil com a criança (..)”.

Por fim, foi perguntado se o fato de o abusador ser o pai causa revolta. Na resposta, uma das entrevistadas declarou que alguns pensamentos:

“como foi capaz de fazer uma coisa dessas” sempre aparecem. Entretanto, é preciso atender os dois lados, o da criança e o do abusador, pois, talvez, esse abusador também tenha sido abusado na infância, então é necessário investigar detalhadamente todo o contexto. Logo em seguida, a outra entrevistada informou que isso não traz revolta para ela, pois, na maioria dos casos, são os pais que abusam, ou seja, é uma violência intrafamiliar. Então, isso não traz revolta por ela saber que, na maioria dos casos, essa agressão vem das pessoas mais próximas das vítimas.

Portanto, conclui-se que a análise das entrevistas, ao conceder um roteiro de perguntas com questões como "dinâmica própria do abuso sexual", "preparo e capacitação do profissional", "necessidades da criança", "dificuldade na proteção" e "sentimento e as emoções do profissional" trouxe informações relevantes para alcançar os objetivos desta pesquisa. Assim, levando-se em consideração a formação, a experiência e o contexto dos profissionais, as falas dos participantes foram inicialmente recortadas e agrupadas de acordo com o conteúdo e significado de cada uma.

Ademais, verifica-se também, de acordo com os dados analisados, que pode haver uma tensão entre as necessidades da criança e as demandas Judiciárias, uma vez que o maior obstáculo está em assegurar a proteção e os direitos da criança. Entretanto, é importante que se busque um equilíbrio entre essas dimensões e essa busca está presente na experiência e nas concepções dos entrevistados, uma vez que o maior obstáculo está em assegurar a proteção e os direitos da criança.

Desse modo, há um vácuo importante entre a construção de um trabalho adequado com crianças vítimas de abuso sexual e com aquilo que é a realidade na prática diária dos profissionais, visto que esse é um tema pouco trabalhado no meio acadêmico e profissional. Logo, nos dois âmbitos, com as profissionais investigadas, percebe-se que há reconhecimento acerca das limitações no atendimento dessa demanda específica.

Além disso, outras dificuldades se evidenciam quando o despreparo dos profissionais aponta para as questões de formação, manejo e conduta nos casos atendidos e para outros fatores que contribuem para inadequações na realização do trabalho com esse tipo de demanda, sendo que apontam para a própria lei, em que a escuta da criança é vista como concretização de provas.

Nesse viés, o enfoque do lúdico é enriquecedor conforme o ponto de vista dos participantes, que muitas vezes se perde em função da rede de proteção que deveria acolher e realizar o trabalho com essas crianças. No entanto, existem inúmeras tramas falhas, pois este depende do diálogo e da coesão do grande grupo ou equipe envolvida.

Sendo assim, é importante que se busque um equilíbrio entre essas dimensões. Logo, essa busca está presente na experiência e nas concepções dos entrevistados, já que o maior obstáculo está em assegurar a proteção e os direitos infanto-juvenis, no que tange as vítimas de violência sexual, mesmo com o suporte do Projeto Sentinela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências do abuso sexual infantil vêm tendo maior visibilidade e preocupação frente à sociedade nos dias de hoje, pois as crianças que já foram vítimas, em alguns casos, tornam-se adultos agressivos ou depressivos. Observou-se, por meio dos relatos das entrevistadas junto ao levantamento bibliográfico do abuso sexual infantil, uma falta de preparo na forma como esses profissionais atendem esse tipo de público. Dessa forma, às vezes, convive-se com a falta de recursos para as atividades lúdicas e de um ambiente adequado, com materiais recebidos por meio de doações, além de recursos antigos e velhos para realizar as atividades lúdicas.

Nas entrevistas, foi possível perceber que existe o lado humano desses profissionais, pois há sensibilização diante dos atendimentos, em casos que interferem muito na sensibilidade do profissional e exigem mais atenção, em que o especialista precisa estar preparado e se permitir a esse atendimento. Assim, dois aspectos, primordiais para uma boa interpretação do caso, foram destacados sobre o atendimento: o olhar dos profissionais sobre o abuso e a escuta.

Este artigo teve o objetivo de informar como é a atuação do psicólogo com as vítimas de abuso sexual infantil, trazendo uma reflexão sobre esse tema para os profissionais que atuam nessa área. Ademais, este artigo buscou compreender as possíveis consequências do abuso sexual infantil e

trazer a falta de preparo dos profissionais envolvidos nesse tipo de atendimento.

Sendo assim, a capacitação dos profissionais da área de psicologia é de suma importância para que, nos atendimentos, as intervenções sejam feitas de forma esclarecedora, trazendo a compreensão e contextualização de cada caso, além de analisar a dinâmica familiar e a história de vida de cada criança.

Desse modo, a proposta deste estudo foi verificar como é a atuação do profissional de psicologia com crianças que sofreram abuso sexual; levantar e analisar quais as dificuldades e obstáculos enfrentados pelo psicólogo nesses casos; descrever o perfil desse profissional; identificar como o profissional se sente ao ter contato com esse tipo de cliente; descrever como é o atendimento do profissional com esse tipo de cliente. Logo, conclui-se que esses objetivos foram alcançados ao longo de todo o período de investigação.

Entretanto, é preciso que se destaquem as limitações deste estudo. Assim, este se limita quanto à amostra, pois quando se busca sobre o assunto ele é pouco trabalhado no meio acadêmico e no meio profissional, e os poucos profissionais que ainda permanece nessa área, quase não permite de ser entrevistado, é muito burocrático para obter a entrevista precisa de autorização da secretaria da saúde e, além disso, no período da coleta, um espaço que a o serviço publico estatal utilizava, foi despejado por falta de verbas.

Portanto, enfatiza-se, a partir deste estudo, a necessidade de pesquisas voltadas à atuação do psicólogo em casos de abuso sexual infantil, bem como melhores esclarecimentos sobre esse assunto junto à população em geral, dado que a pesquisa se limita quanto à amostra, pois quando se foi buscar campo para a realização da pesquisa teve-se dificuldades, e um dos campos encontrados foi despejado devido à falta de verbas, e no meio acadêmico se limita devido ser um assunto pouco trabalhado na graduação, já no meio profissional refere-se aos profissionais não se sentirem preparados ou até mesmo por causa da falta de conhecimento sobre a dinâmica do abuso sexual a ausência de supervisão também é um fator de impasse durante os atendimentos de crianças abusadas sexualmente.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Direitos da criança e do adolescente:** um debate necessário. *Psicologia Clínica*, v. 24, n. 1, p. 45-56, ano 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v24n1/04.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BAPTISTA, Rosilene Santos, *et al.*: **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela Pernambuco.** *Acta Paul Enferm.*; n° 2; p. 602-608; ano 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n4/a11v21n4>>. Acesso em: 6 fev.2016.

BEGALLI, Ana Silvia Marcatto. **Casos Araceli e Ana Lúcia:** uma reflexão sobre o abuso e a exploração sexual de menores no Brasil. *Psicologia Clínica*; n. 2, p. 1007-1021, ano 2014. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2014/02/2014_02_01007_01021.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev. Bras. Enferm.* [online]. 2004, vol. 57, n° 5, p. 611-614. ISSN 0034-7167. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>>. Acesso em 22 set. 2016>.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa:** análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm.*, v. 15, n° 4, p. 679-84, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

COSTA, Liana Fortunato, *et al.* **Família e abuso sexual:** silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* v.59, n° 2; ano 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672007000200013>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FREITAS, Clarissa Pinto Pizarro; HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Percepções de psicólogos sobre a capacitação para intervenção com vítimas de violência sexual.** *Psicologia Clínica* vol. 25; n° 2; ano 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000200013>. Acesso em: 20 mar.2016.

GAVA, Lara Lages; PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil.** *Aval. psicol.*, Itatiba, v. 12, n° 2, p. 137-145, ago. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 jun. 2016.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, M. da S.; KOLLER, Sílvia Helena. **A revelação de abuso sexual:** as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n° 4, p. 467-473, ano 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

MACHADO, Ana Paula; ARPINI, Dorian Mônica. **Depoimento sem dano: dissidências e concordâncias na inquirição de crianças e adolescentes.** *Psicol. Argum*, v. 31, n.º 73, p. 291-302, ano 2013. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=7836&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 3 out. 2015.

MELLO, Sylvia Leser. **Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica?** *Psicologia USP* Vol.10 n.º 2 p.139-151; ano 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200010>. Acesso em: 8 abr.2016.

MYUNG, Diana Jin Huh. **Consequências do abuso sexual infantil no processo de desenvolvimento da criança:** contribuições da teoria psicanalítica. VII Jornada de Iniciação Científica, p. 1-26, ano 2011. Disponível em:<http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/psi/diana_myung.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

PELISOL, Cátula; GAVA, Lara Lages; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações envolvendo abuso sexual infantil.** V. 16, n.º 3, p. 327-338, ano 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138271201100030009>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SCORTEGAGNA Silvana Alba, AMARAL Anna Elisa de Villemor. **Uso do Rorschach na investigação do abuso sexual infantil.** *Paidéia* (Ribeirão Preto); vol.22 p. 1-9; ano 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n52/13.pdf>>. Acesso em: 8 abr.2016.